

Congresso não define cortes para compensar rolagem

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

“Entendo que o Artigo 5º do projeto de lei orçamentária é inconstitucional, pois delega ao Executivo uma atribuição que a Constituição define como exclusiva do Congresso Nacional. Isto é, indicar os cortes necessários para compensar o reforço destinado à rolagem da dívida dos estados e municípios.” A avaliação foi feita ontem à noite a este jornal pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, logo após ter recebido uma cópia do Orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional e já encaminhado à Presidência da República. O ministro ainda não tem uma posição definitiva porque a documentação só

chegou às suas mãos às 18 horas. Mas seus assessores vão recomendar o veto parcial do projeto de lei do Congresso Nacional, com base no princípio da inconstitucionalidade. A versão distribuída pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional apresenta várias novidades, a começar pela retirada, nas últimas horas, da indicação de CZ\$ 251 bilhões do orçamento de operações oficiais de crédito como recursos que deveriam ser cortados para compensar a maior rolagem da dívida dos estados e municípios. Destes cortes anteriores, que provocaram reação dos parlamentares ligados à agropecuária, CZ\$ 204 bilhões destinam-se a financiamentos à agropecuária e CZ\$ 47 bilhões às exporta-

ções e ao setor industrial. Na versão de ontem, o Congresso Nacional impõe sua solução para a dívida estadual e municipal — pagamento de CZ\$ 178 bilhões em vez dos CZ\$ 550 bilhões pretendidos pelo Executivo — sem, contudo, explicitar onde serão feitos os cortes. Diz apenas que a União pode cortar “recursos contidos nesta lei, especialmente os relativos aos encargos financeiros da União e ao orçamento das operações oficiais de crédito”.

SUBSÍDIOS

O projeto cita, entre estes, os “recursos previstos para a cobertura de subsídios e de outros benefícios de natureza tributária ou creditícia” — o que foi considerado uma hereesia jurídica por assessores de Abreu. Cita também o

“resultado operacional do Banco Central (BC)” como outra fonte de recursos alternativos para fechar as contas de 1989 — mas a Constituição proíbe no artigo 164, seção I, capítulo II, a utilização destes recursos. E o artigo 166 é claro ao dizer que cabe ao Legislativo indicar onde o Executivo tem de anular despesas para compensar aumentos de gastos.

“O Congresso Nacional não exercitou suas atribuições no que se refere aos cortes que deveriam ser feitos para reforçar as dotações destinadas à rolagem das dívidas dos estados e municípios”, avaliou o ministro, pouco antes de receber José de Barros Ribas Neto, o titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) para ini-

ciar a comparação entre o texto do Congresso Nacional e a proposta original. Somente nos próximos dias é que a SOF terá condições de saber se houve alteração na necessidade de financiamento ao setor público. Isto é, no déficit público operacional de 1989.

Eis a íntegra do Orçamento Geral da União, modificado pelo Congresso Nacional, que agora será submetido à sanção do presidente José Sarney:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Orçamento Fiscal da União para o exercício financeiro de 1989, composto pelas receitas e despesas do Tesouro Nacional, das entidades da Administração Indireta, das Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal

e dos Fundos da Administração Pública Federal, estima a receita e fixa a despesa em CZ\$ 105.232.701.254.000,00 (cento e cinco trilhões, duzentos e trinta e dois bilhões, setecentos e um milhões e duzentos e cinquenta e quatro mil cruzados) e fixa a despesa em igual importância,

bem como estima a receita e fixa a despesa do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito em CZ\$ 15.137.682.455.000,00 (quinze trilhões, cento e trinta e sete bilhões, seiscentos e oitenta e dois milhões e quatrocentos e cinquenta e cinco mil cruzados), conforme discrimi-

nação dos Anexos I a V. Art. 2º A receita estimada decorrerá da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, discriminada nos Anexos I, III, IV e V, com o seguinte desdobramento:

		Cz\$ 1.000,00
1. RECEITA DO TESOURO	1.1. RECEITAS CORRENTES	77.845.395.794
	Receita Tributária	57.663.293.639
	Receita de Contribuições	33.915.739.843
	Receita Patrimonial	15.077.531.828
	Receita Agropecuária	1.171.997.996
	Receita Industrial	652.101
	Receita de Serviços	14.914.648
	Transferências Correntes	1.270.299.438
	Outras Receitas Correntes	7.508.487
		6.204.649.298
	1.2. RECEITA DE CAPITAL	20.182.102.155
	Operações de Crédito Internas	18.350.320.313
	Operações de Crédito Externas	1.740.543.446
	Outras Receitas de Capital	91.238.396
2. RECEITA DE OUTRAS FONTES: DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, INCLUSIVE FUNDAÇÕES PÚBLICAS (excluídas as transferências do Tesouro Nacional)		2.664.237.903
2.1. RECEITAS CORRENTES	2.220.777.831	
2.2. RECEITAS DE CAPITAL	443.488.872	
3. RECEITA DOS ORÇAMENTOS DOS FUNDOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (excluídas as transferências do Tesouro Nacional)		24.723.067.557
3.1. RECEITAS CORRENTES	24.169.559.805	
3.2. RECEITAS DE CAPITAL	553.507.752	
4. RECEITA DO ORÇAMENTO DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (excluídas as transferências do Tesouro Nacional)		15.137.682.455
4.1. RECEITAS CORRENTES	674.846.140	
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	14.462.836.315	

Art. 3º A despesa fixada à conta de recursos previstos nesta lei observará a programação constante dos Anexos II, III, IV e V e apresenta, por órgãos, a seguinte distribuição:

DISTRIBUIÇÃO POR SUBANEXOS		Cz\$ 1.000,00
1. RECURSOS DO TESOURO		77.845.395.794
	Câmara dos Deputados	330.947.619
	Senado Federal	339.387.097
	Tribunal de Contas da União	93.227.697
	Supremo Tribunal Federal	18.906.748
	Superior Tribunal de Justiça	171.303.622
	Justiça Militar	27.018.751
	Justiça Eleitoral	98.348.244
	Justiça do Trabalho	443.090.445
	Justiça Federal de 1ª Instância	94.351.492
	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	43.787.689
	Presidência da República	1.908.936.307
	Ministério da Aeronáutica	1.615.698.941
	Ministério da Agricultura	931.770.758
	Ministério das Comunicações	38.582.623
	Ministério da Educação	5.531.799.328
	Ministério do Exército	2.051.648.502
	Ministério da Fazenda	891.490.640
	Ministério da Indústria e Comércio	1.323.647.067
	Ministério do Interior	961.493.058
	Ministério da Justiça	321.309.888
	Ministério da Marinha	1.656.954.503
	Ministério das Minas e Energia	872.512.403
	Ministério da Previdência e Assistência Social	3.193.654.734
	Ministério das Relações Exteriores	315.372.293
	Ministério da Saúde	2.232.751.013
	Ministério do Trabalho	712.784.419
	Ministério dos Transportes	2.687.594.327
	Ministério da Cultura	176.304.936
	Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social	1.564.346.208
	Ministério da Ciência e Tecnologia	1.027.739.463
	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário	700.078.365
	Ministério Público Federal	53.023.348
	Encargos Gerais da União	841.549.306
	Serviços da Dívida da União	3.702.519.002
	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	16.463.881.865
	Encargos Financeiros da União	19.347.852.234
	Encargos Previdenciários da União	4.946.541.258
	Reserva de Contingência	113.189.601
2. RECURSOS DE OUTRAS FONTES, DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, INCLUSIVE FUNDAÇÕES PÚBLICAS (excluídas as transferências do Tesouro Nacional)		2.664.237.903
3. RECURSOS DOS ORÇAMENTOS DOS FUNDOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (excluídas as transferências do Tesouro Nacional)		24.733.067.667
4. RECURSOS DOS ORÇAMENTOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (excluídas as transferências do Tesouro Nacional) RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA		15.137.682.455

Parágrafo único. É vedada, salvo prévia autorização legislativa, a inclusão no Orçamento Geral da União, de novos subsídios ou encargos de qualquer natureza e a atribuição, ao Tesouro Nacional, de despesas realizadas com adiantamentos de recursos pelo Banco Central do Brasil ou pelo Banco do Brasil S.A.

Art. 4º Vedada a aplicação no exercício financeiro de 1989, aos valores desta lei, de qualquer dispositivo do Decreto-Lei nº 2.445, de 24 de junho de 1968, fide o Poder Executivo autorizado a:

I — designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias;

II — realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 10% (dez por cento) das Receitas Correntes, estimadas nesta lei, as quais deverão ser liquidadas até trinta dias depois do encerramento do exercício;

III — abrir créditos suplementares para cada projeto ou atividade, até o limite de 20% de seu valor específico, fixado nesta lei, inclusive na hipótese de cancelamento, ressalvada, neste caso, a Reserva de Contingência, mediante a utilização dos recursos adiante indicados, com as finalidades de:

a) reforçar dotações, preferencialmente as relativas a encargos com pessoal, utilizando, como fonte de recursos compensatórios, a Reserva da Contingência.

b) atender à insuficiência nas dotações orçamentárias, preferencialmente as relativas a outros custeios e capital, utilizando, como fonte de recursos, os resultantes de anulação parcial de dotações orçamentárias ou de créditos, autorizados em lei;

IV — suplementar, dispensados os decretos de abertura de crédito as transferências a Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios nos casos em que a lei determina a entrega dos recursos de forma automática, utilizando como fonte a definida no art. 43, § 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, publicando-se, a cada mês, o detalhamento das suplementações;

V — abrir créditos suplementares, para cada projeto ou atividade, até o limite de 20% de seu valor específico, fixado nesta lei, observado o limite da efetiva arrecadação de caixa do exercício, à conta de recursos vinculados do Tesouro Nacional, inclusive recursos classificados como “Recursos Diretamente Arrecadados” (fonte 50), publicando-se a cada

mês o detalhamento das suplementações;

VI — abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de operações de crédito para cada projeto ou atividade, até o limite de 10% (dez por cento) da parcela de operações de crédito, indicada nesta lei, como fonte específica de recursos, nos casos de:

a) operações efetivadas no segundo semestre de 1988 com cronograma de recebimento que contemple o exercício de 1989;

b) operações efetivadas durante o exercício de 1989;

c) antecipação de cronograma de recebimento;

VII — proceder, com base no fluxo da receita, à entrega automática aos órgãos beneficiários das receitas vinculadas do Tesouro Nacional, inclusive as classificadas nesta lei como “Recursos Diretamente Arrecadados” (fonte 50), publicando-se, a cada mês, o detalhamento das suplementações;

VIII — reprogramar os recursos previstos no Orçamento das Operações Oficiais de Crédito constante do Anexo V desta lei, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da aplicação de cada projeto ou atividade, ressalvadas as transferências previstas no art. 34, § 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

IX — abrir créditos suplementares para atender à programação discriminada no adendo “A” desta lei, até o limite indicado, à conta de excesso de arrecadação, nos termos definidos pelo art. 43, § 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. As transferências de que trata o art. 159, I, c, da Constituição terão tratamento idêntico ao concedido aos Estados, Distrito Federal e Municípios, relativamente à entrega dos recursos destinados aos respectivos fundos de participação, aplicando-se às mencionadas transferências, inclusive, o disposto nos incisos IV e VII deste artigo.

Art. 5º As amortizações e os encargos devidos em 1989 pelos Estados e Municípios e suas autarquias, fundações e sociedades de que tenham o controle majoritário, das dívidas externas avalizadas pela União e as de que tratam os Avisos MF nºs 30-R/83 e 9/84 e atos conexos, serão pagas pelos respectivos devedores até os limites máximos fixados no Anexo VI.

§ 1º Com vistas ao cumprimento deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar recursos contidos nesta lei, especialmente os relativos a Encargos Financeiros da

União e a Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, além dos previstos para o refinanciamento das dívidas externas com aval do Tesouro Nacional, a seguir nominados:

I — recursos previstos para honrar compromissos externos de responsabilidade de entidades públicas e privadas, decorrentes de avais concedidos pela União;

II — resultado operacional do Banco Central do Brasil;

III — recursos previstos para a cobertura de subsídios, diretos ou indiretos, e de outros benefícios de natureza tributária ou creditícia, excetuados os resultantes de isenções fiscais no âmbito do Fundo de Investimento do Nordeste e do Fundo de Investimento da Amazônia.

§ 2º Na hipótese de não se realizarem empréstimos externos que exijam contrapartida de recursos previstos nesta lei, computados na demonstração das necessidades de financiamento líquido, valor equivalente poderá ser obtido mediante colocação de títulos do Tesouro Nacional e utilizado para o fim estipulado neste artigo.

§ 3º Em sessenta dias da data da publicação desta lei, o Poder Executivo definirá normas que assegurem aos Estados e Municípios, suas autarquias, fundações e sociedades sob seu controle majoritário, a faculdade de utilizar quaisquer créditos que tenham junto à Administração da União, direta e indireta, para compensar débitos de que trata este artigo.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir até cinco milhões de Títulos da Dívida Agrária, vedada a emissão com data decorrida e com prazo inferior a dez anos, para atender ao programa de reforma agrária do exercício, nos termos do que dispõe o art. 184, § 4º da Constituição Federal.

Art. 7º De forma a garantir o efetivo cumprimento do que estabelece o art. 212 da Constituição Federal, o Poder Executivo publicará, até o último dia útil de cada mês, as informações relativas ao fluxo das receitas e despesas, ocorrido no mês anterior, conforme previsto naquele dispositivo constitucional.

Art. 8º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, inclusive do saldo disponível, em cumprimento do disposto no art. 165, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 9º Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1989.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.